**Decreto-Lei n.º …..…/2018**

O comércio tradicional, baseado na medição dos produtos perante o consumidor, vem sofrendo alterações profundas, através da crescente introdução dos pré-embalados, ou seja, dos produtos cujo acondicionamento foi efetuado antes da sua exposição para a venda ao consumidor.

O Decreto-Lei nº. 24/2009, de 20 de julho, alterado pelo Decreto-Lei nº. 67/2015, de 12 de dezembro, estabelece as normas de rotulagem dos géneros alimentícios destinados a serem fornecidos diretamente ao consumidor final, bem como as que regulam determinados aspetos da sua apresentação e publicidade, sendo uma das menções obrigatórias na rotulagem, prevista no artigo 4º, é a quantidade líquida nos géneros alimentícios pré-embalados.

Torna-se, por isso, necessário completar o quadro legal aplicável aos produtos pré-embalados, estabelecendo as condições a que estes produtos devem obedecer, bem como fixar as quantidades nominais em que alguns destes produtos devem ser comercializados, devido às suas caraterísticas específicas e por razões de interesse dos consumidores.

Entretanto, a globalização dos mercados e o acelerado desenvolvimento do comércio internacional, designadamente, dos produtos alimentares, aconselham a que os produtos pré-embalados cumpram requisitos internacionalmente aceites e que, em consequência, a legislação nacional nesta matéria se encontre harmonizada com os documentos de caracter normativo internacionais, designadamente, os emanados das Organizações Regionais de Metrologia Legal, ou, na sua falta, à legislação seguida pelos nossos principais parceiros internacionais.

É neste contexto que se verifica a necessidade de se proceder à regulamentação das condições a cumprir pelos produtos pré-embalados, designadamente, no que se refere à fixação das quantidades nominais obrigatórias aplicáveis a certos produtos e ao controlo metrológico legal dos seus conteúdos, tendo em vista a sua disponibilização no mercado.

O presente diploma define ainda as obrigações da entidade responsável pela colocação no mercado do pré-embalado, assim como possibilita a aposição do símbolo **C** nos produtos acondicionados em Cabo Verde que satisfaçam as condições que lhes são aplicáveis.

Assim,

No uso da faculdade conferida pela) do n.º 2 do artigo 204.º da Constituição, Governo, decreta o seguinte:

Artigo 1º

**Objeto**

O presente diploma estabelece as condições gerais que devem satisfazer os produtos pré-embalados, tendo em vista a sua disponibilização no mercado, nomeadamente, as regras relativas às quantidades nominais aplicáveis a determinados produtos, por razões da sua especificidade e do interesse dos consumidores.

Artigo 2º

**Âmbito de aplicação**

1. O presente diploma aplica-se a todos os produtos pré-embalados destinados à comercialização em quantidades nominais ou capacidades nominais unitárias iguais ou superiores a 5 g ou 5 ml e iguais ou inferiores a 10 kg ou 10 l.
2. O presente diploma não se aplica aos produtos referidos no nº 2 do anexo I, quando vendidos em lojas francas para consumo fora de Cabo Verde.

Artigo 3º

**Definições**

Para efeitos do presente diploma entende-se por:

1. Produto pré-embalado ou pré-embalado – o produto cujo acondicionamento foi efetuado antes da sua exposição para venda ao consumidor em embalagem que solidariamente com ele é comercializada, de tal modo que a quantidade de produto contido na embalagem tenha um valor previamente escolhido e não possa ser alterada sem que a embalagem seja aberta ou sofra uma alteração percetível;
2. Embalagem – o recipiente de qualquer tipo ou involucro que se destine a conter, acondicionar ou proteger o produto;
3. Pré-embalagem – o conjunto de um produto e da embalagem individual na qual ele é pré-embalado;
4. Quantidade nominal – a massa ou volume marcado num pré-embalado e nele supostamente contido;
5. Capacidade nominal – a massa ou volume marcado num pré-embalado e que poderá conter;
6. Conteúdo efetivo – a quantidade de produto (massa ou volume) que o pré-embalado contém realmente;
7. Erro por defeito num pré-embalado – a diferença para menos entre o conteúdo efetivo e a quantidade nominal;
8. Pré-embalado coletivo – o produto pré-embalado constituído por dois ou mais pré-embalados individualizáveis.

Artigo 4º

**Condições gerais de comercialização**

1. Os pré-embalados devem obedecer, na sua comercialização, às seguintes condições gerais:
2. O seu conteúdo efetivo não deve ser inferior, em média, à quantidade nominal nele marcada;
3. A proporção de pré-embalados com um erro, por defeito, superior ao erro admissível definido na portaria que regulamenta o presente diploma deve permitir aos lotes satisfazer os critérios de avaliação definidos na mesma;
4. Nenhum pré-embalado deve ter um erro, por defeito superior ao dobro do erro admissível;

2 – Os pré-embalados devem ter inscritas de forma indelével a quantidade nominal e a marca de identificação do responsável pela sua colocação no mercado, de acordo com as disposições previstas no artigo 7º.

Artigo 5º

**Controlo metrológico**

1. O controlo metrológico legal das quantidades dos produtos pré-embalados é realizado nas instalações do embalador ou do importador pela entidade competente nesta matéria, sendo a sua periodicidade em princípio anual ou mais reduzida sempre que esteja em causa o cumprimento do disposto neste diploma, em resultado do acompanhamento efetuado pela entidade competente no controlo metrológico das quantidades nominais ou por iniciativa das entidades com funções fiscalizadoras.
2. O controlo metrológico legal das quantidades dos produtos pré-embalados é efetuado nos termos previstos na portaria que regulamenta o presente diploma.

Artigo 6º

**Disponibilização no mercado**

1. A disponibilização no mercado, dos produtos pré-embalados pressupõe o cumprimento das condições gerais enumeradas no artigo 4º e o acompanhamento da entidade competente na atividade de controlo metrológico legal das quantidades dos produtos pré-embalados, bem como o cumprimento das disposições sobre inscrições e marca de conformidade.
2. Os produtos referidos no n.º2 do anexo I quando apresentados em pré-embalagens nos intervalos indicados no n.º 1 do mesmo anexo só podem ser colocados no mercado se forem pré-embalados nas quantidades nominais igualmente fixadas no n.º1. daquele anexo.
3. À exceção do disposto no nº 2 deste artigo e no artigo 8º, não é permitido recusar, proibir ou restringir a colocação no mercado de produtos pré-embalados, por motivos relacionados com as quantidades nominais.
4. Podem ainda ser disponibilizados no mercado pré-embalados que satisfaçam especificações e procedimentos equivalentes aos do presente diploma e que apresentem marcas de conformidade reconhecidas pelo IGQPI.

Artigo 7º

**Inscrições e marca de conformidade**

1. Qualquer pré-embalado fabricado de acordo com presente portaria deve conter na embalagem as seguintes inscrições, apostas de tal modo que sejam indeléveis, facilmente legíveis e visíveis na pré- embalagem nas condições habituais de apresentação:
2. A quantidade nominal deve ser seguida do símbolo da unidade de medida utilizada, ou eventualmente do seu nome, em conformidade com o diploma, quedefine o sistema de unidades de medida legais em Cabo Verde e deve ser expressa em unidades nele previstas ou seus múltiplos e submúltiplos, por meio de algarismos com altura mínima de:

i) 6 mm se a quantidade nominal for igual ou superior a 1kg ou 1l;

ii) 4 mm se estiver compreendida entre 1 kg ou 1 l inclusive e 200 g ou 200 ml exclusive;

iii) 2 mm se estiver compreendida entre 200 g ou 200 ml inclusive e 50 g ou 50 ml exclusive;

iv) 2 mm se for igual ou inferior a 50 g ou 50 ml;

1. Uma marca ou inscrição que permita ao serviço competente identificar o acondicionador, aquele que mandou fazer o acondicionamento ou o importador estabelecido em Cabo Verde;
2. A marca de conformidade ***«C»,*** que deve obedecer ao grafismo indicadono anexo IIe ser colocada no mesmo campo visual que a indicação da quantidade nominal, certificando, sob responsabilidade do acondicionador ou do importador, que a embalagem satisfaz as disposições do presente diploma.
3. A entidade cujo nome, firma ou denominação social figure no rótulo do pré-embalado, o embalador ou o importador, deve dotar-se dos meios indispensáveis à execução das medidas, correções e ajustamentos necessários ao cumprimento do disposto na presente diploma.
4. A entidade responsável conservara os documentos comprovativos das operações referidas no número anterior nos prazos seguintes:

a) Um ano, para produtos com prazo de validade até 3 meses;

b) Três anos, para produtos com prazos de validade entre 3 e 18 meses;

c) Cinco anos, para produtos com prazo de validade mínimo superior a 18 meses.

Artigo 8º

**Embalagens Aerossóis**

1. As embalagens aerossóis devem conter a indicação da sua capacidade nominal total, a qual não se deverá confundir com o volume nominal do conteúdo.

Para os produtos vendidos em embalagens aerossóis não é obrigatória a indicação do peso nominal do conteúdo.

Artigo 9º

**Embalagens múltiplas e pré-embalados constituídos por embalagens individuais que não se destinam a ser vendidas individualmente**

1. Para efeitos do nº 2 do artigo 6º, nos casos em que dois ou mais pré-embalados individuas formem uma embalagem múltipla, as quantidades nominais especificadas no nº 1 do anexo 1 aplicam-se a cada pré-embalado individual.
2. Quando um pré-embalado é constituído por duas ou mais embalagens individuais que não se destinam a ser vendidas individualmente, as quantidades nominais especificadas no nº 1 do anexo 1 aplicam-se ao pré-embalado.

Artigo 10º

**Competências**

Compete ao IGQPI:

1. Superintender em todas as atividades que se destinem a assegurar o cumprimento do estabelecido neste diploma e na portaria que o regulamenta;
2. Efetuar o controlo metrológico legal das quantidades dos produtos pré-embalados ou delegar esta atividade em entidades de qualificação reconhecida neste domínio;
3. Reconhecer a qualificação de entidades como organismos de verificação metrológica (OVM) para a atividade de controlo metrológico legal das quantidades dos produtos pré-embalados, com base nos critérios e requisitos estabelecidos na portaria n.º 53/2015, de 30 de outubro;
4. Coordenar a atividade das entidades de qualificação reconhecida pelo IGQPI, que participam na rede de apoio ao controlo metrológico legal das quantidades dos produtos pré-embalados;
5. Reconhecer certificados e as marcas de conformidade relativamente aos produtos pré-embalados importados.

Artigo 11º

**Taxas**

1. Pelo controlo metrológico legal das quantidades dos produtos pré-embalados são devidas taxas.
2. Pelo reconhecimento das entidades de qualificação reconhecida que exercem atividade neste domínio, são igualmente devidas taxas.
3. Os montantes das taxas referidas nos números anteriores serão fixados por portaria do membro do Governo responsável pela área da Indústria e destinam-se a custear as operações de controlo metrológico legal realizadas neste domínio.
4. As taxas anteriormente referidas são devidas qualquer que seja a entidade interessada, pública ou privada, não sendo invocável qualquer isenção.
5. As taxas são pagas contra recibo, emitido pela entidade que procede ao controlo metrológico legal, ou mediante fatura, no prazo de 30 (trinta) dias.
6. As taxas previstas no presente diploma são cobradas coercivamente, quando se verificar o incumprimento do prazo anteriormente definido em que é aplicada a cobrança de juros em conformidade com a legislação em vigor, bem como em caso de recusa de pagamento, através do processo de execução fiscal da competência dos Tribunais das Contribuições e Impostos, servindo de título executivo a certidão de dívida emitida pelo respetivo serviço.
7. Dos quantitativos arrecadados pela cobrança das taxas relativas às operações de controlo metrológico legal, quando efetuadas pelas entidades de qualificação reconhecida pelo IGQPI, 80% (oitenta por cento) são consignadas àquelas entidades, e os restantes 20% (vinte por cento) ao IGQPI, os quais devem ser remetidos a este organismo, no mês seguinte ao da respetiva cobrança.
8. O produto da cobrança das taxas nos termos do número anterior constitui receita do IGQPI, sendo a sua movimentação efetuada nos termos legais.
9. É admissível o pagamento das taxas em prestações.

Artigo 12º

**Fiscalização**

1. Compete à Inspeção Geral das Atividades Económicas (IGAE) fiscalizar o estabelecido no presente diploma e respetivo regulamento, sem prejuízo da competência atribuída por lei a outras entidades.
2. A instrução dos processos de contra-ordenação compete à IGAE, ou a outras entidades fiscalizadoras para o efeito competentes, a quem devem ser enviados os autos de notícias das infrações verificadas por outras entidades.
3. As entidades fiscalizadoras podem requisitar o auxílio de quaisquer autoridades ou entidades de qualificação reconhecida para o controlo metrológico legal das quantidades dos pré-embalados.

Artigo 13º

**Importação**

1. No âmbito das suas atribuições, compete às autoridades alfandegárias verificar, de acordo com as disposições legais aplicáveis, que os produtos declarados para introdução em livre pratica e no consumo, dos quais fazem parte os produtos enumerados no artigo 4.º, se encontram em conformidade com as disposições do presente diploma.
2. Verificada a não conformidade a Direção Geral das Alfandegas suspendera o desalfandegamento do produto em causa de acordo com os procedimentos previstos nas disposições legais referidas no número anterior.

Artigo 14º

**Contra-ordenações**

1. Constitui contra-ordenação punível com coima, qualquer infração ao disposto nos artigos 4º a 9 do presente diploma.
2. As infrações referidas no número anterior são punidas com as seguintes coimas:

a) Se praticadas por pessoas singulares, de 25.000$00 (vinte e cinco mil escudos) a 250.000$00 (duzentos e vinte e cinco mil escudos);

b) Se praticadas por pessoas coletivas, 50.000$00 (cinquenta mil escudos) a 2.000.000$00 (dois mil milhões de escudos)**;**

3. A tentativa e a negligência são puníveis, sendo os limites referidos no número anterior reduzidos para metade.

4. O produto da aplicação das coimas tem a seguinte distribuição:

a) 15% (quinze por cento) para a entidade que levanta o auto;

b) 35% (tinta e cinco por cento) para a entidade que aplique a coima;

c) 50% (cinquenta por cento) para o IGQPI.

5- É aplicado subsidiariamente o regime das Contraordenações, aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 9/95, de 27 de outubro.

Artigo 15º

**Norma transitória**

1 – Aos produtos pré-embalados em processo de importação que não cumprem as disposições do presente diploma, é concedido um período de transição de até seis (6) meses, contados a partir da entrada em vigor da portaria que o regulamenta, por forma a serem comercializados no mercado nacional.

2 - Aos produtos pré-embalados fabricados no território nacional, que não cumprem as disposições do presente diploma, é concedido um período de transição de até seis (6) meses, contados a partir da entrada em vigor da portaria que o regulamenta, para cumprirem o presente diploma.

3 - Aos produtos pré-embalados disponíveis no mercado nacional e que não cumprem as disposições da presente portaria, permanecem no mercado até ao seu esgotamento.

Artigo 16º

**Regulamentação**

As disposições legais necessárias à regulamentação do presente diploma são aprovadas por portaria do membro do Governo responsável pela área da Indústria

Artigo 17º

**Normas revogatórias**

São revogadas todas as disposições legais que contrariem o disposto no presente diploma.

Artigo 18º

**Entrada em vigor**

O presente diploma entra em vigor 30 (trinta) dias após a sua publicação

Aprovado em Conselho de Ministros em ……….. de …….. de 2018

Promulgado em ……….. de ………… de 2018

Publique-se

O Presidente da República

**ANEXO I**

**Gamas das quantidades nominais do conteúdo das pré-embalagens**

**1 – Produtos vendidos a volume (quantidade em mililitros):**

**Vinho de mesa** – no intervalo de 100 ml a 1500 ml, as seguintes oito quantidades nominais: 100 ml; 187 ml; 375 ml; 500 ml; 750 ml; 1000 ml, 1500 ml, 3000 ml e 5000 ml;

**Vinho espumante** – no intervalo de 125 ml a 1500 ml, as seguintes cinco quantidades nominais: 125 ml; 200 ml; 375 ml; 750 ml, e 1500 ml;

**Vinho licoroso** – no intervalo de 100 ml a 1500 ml, as seguintes sete quantidades nominais: 100 ml; 200 ml; 375 ml; 500 ml; 750 ml; 1000 ml, e 1500 ml;

**Vinho aromatizado** – no intervalo de 100 ml a 1500 ml, as seguintes sete quantidades nominais: 100 ml; 200 ml; 375 ml; 500 ml; 750 ml; 1000 ml, e 1500 ml;

**Bebidas espirituosas** – no intervalo de 100 ml a 2000 ml, as seguintes nove quantidades nominais: 100 ml; 200 ml; 350 ml; 500 ml; 700 ml; 1000 ml; 1500 ml; 1750 ml, e 2000 ml.

**Aguardente de Cana-de-açúcar ou Grogue** – no intervalo de 100 ml a 2000 ml, as seguintes nove quantidades nominais: 100 ml; 200 ml; 350 ml; 500 ml; 700 ml; 1000 ml; 1500 ml; 1750 ml, e 2000 ml.

2 – **Definições dos Produtos:**

«**Vinho**» - Bebida com um teor alcoólico mínimo de 8,5 % (v/v), obtida exclusivamente a partir da fermentação alcoólica total ou parcial de uvas frescas e sãs, esmagadas ou não, ou do mosto de uvas.

«**Vinho de mesa**» - Vinho com graduação alcoólica de 8,5 % a 14% (v/v), a 20 ºC.

«**Vinho espumante**» - Vinho no qual o dióxido de carbono é resultante da fermentação em recipientes fechados e com pressão mínima de 4 atm a 20 ºC, com graduação alcoólica aproximada de 12 % (v/v).

«**Vinho licoroso**» - Vinho com graduação alcoólica natural ou adquirida de 14 % a 18 % (v/v), a 20 ºC, cujo processo de fermentação é interrompido, através da adição de aguardente vínica.

«**Vinho aromatizado**» - bebida obtida a partir de, pelo menos, 75 % em volume de vinho e / ou vinho especial, de acordo com a definição no código da OIV, e que tenha sido submetido a um processo de aromatização.

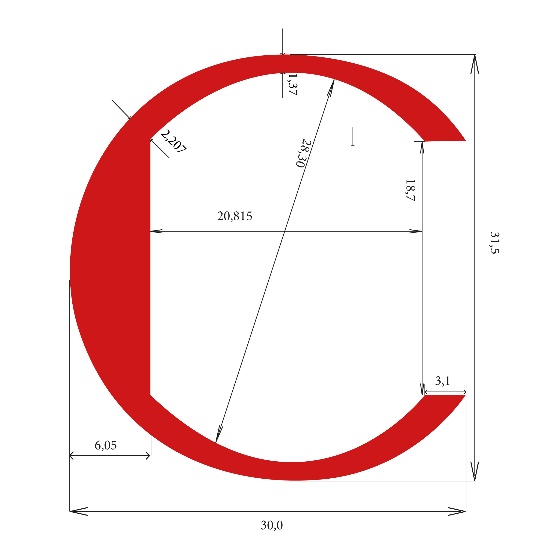
«**Bebidas espirituosas**» - Bebidas alcoólicas destinadas ao consumo humano que possuem características organoléticas específicas com álcool etílico de origem agrícolas que podem ser produzidas diretamente por destilação, maceração ou pela mistura de uma bebida espirituosa com certos destilados.

«**Aguardente de cana-de-açúcar ou Grogue**» -bebida espirituosa, com graduação alcoólica de 38º a 54º GL (trinta e oito graus a cinquenta e quatro graus na escala Gay Lussac), a 20ºC (vinte graus Celsius), obtida através da destilação do mosto fermentado exclusivamente da cana-de-açúcar.

**ANEXO II**

**Marcação de conformidade**

1 **–** A marca de conformidade é constituída pela letra ***«***C***»,*** de acordo com o seguinte grafismo.

****

2 – No caso de redução ou de ampliação da marca de conformidade «C», devem ser respeitadas as proporções resultantes do grafismo graduado acima indicado.

3 – A letra minúscula «C» deve ter uma altura mínima é de 3 mm.